

O CURRÍCULO DAS LICENCIATURAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE UNDERGRADUATE CURRICULUM AND INCLUSIVE EDUCATION

Matheus Crispin de Araujo¹

Marcelo Alberto Elias²

Elisangela Andrade Angelo³

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar as ementas das disciplinas dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Química do IFPR Campus Umuarama, a fim de verificar a formação para a educação inclusiva. Ao final dessa análise, foi escrito um artigo relatando todo o processo com o intuito de verificar a formação para inclusão. A Educação Inclusiva tem por finalidade a valorização de todos os estudantes, auxiliando-os a alcançarem seu potencial, garantindo que eles recebam uma educação de qualidade independentemente de suas origens, dificuldades linguísticas e condições econômicas. Essa educação objetiva uma aprendizagem que garanta autonomia e autodeterminação de todos os alunos, possibilitando uma sociedade tolerante, inclusiva e justa. Também se faz muito importante no processo de inclusão social, proporcionando a independência dos indivíduos, fazendo com que eles possam desenvolver suas habilidades sociais e tenham a oportunidade de se tornarem ativos no mercado de trabalho e na sociedade. Mas, para que isso ocorra, é importante considerar a atuação do professor. A formação de professores para a educação inclusiva parte de repensar e ressignificar da própria concepção, como professor. Professores capacitados e especializados são necessários para que a educação inclusiva ocorra, pois possuem especializações adequadas para o ensino, proporcionando, assim, a educação inclusiva nos estabelecimentos sociais e educacionais.

Palavras-chave: Diversidade; Ensino Regular; Inclusão; Necessidades Educativas Específicas.

Abstract: The objective of this article was to analyze the syllabus of the disciplines of the degree in Biological Sciences and chemistry of the IFPR Campus Umuarama, in order to verify the formation for inclusive Education. At the end of this analysis, an article was written reporting the entire process in order to verify the training for inclusion. Inclusive Education aims at valuing

¹Licenciado em Ciências Biológicas – IFPR, Umuarama, PR – Brasil. E-mail: matheusaraujoescarvel24@gmail.com

²Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática, Mestre em Biologia das Interações Orgânicas, Especialista em Biotecnologia, Licenciado em Ciências Biológicas e professor EBTT no Instituto Federal do Paraná (IFPR), Umuarama, PR – Brasil. E-mail: marcelo.elias@ifpr.edu.br

³Doutora em Ciências Biológicas – PBC/UEM. Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Campus Umuarama – Instituto Federal do Paraná – IFPR. E-mail: elisangela.angelo@ifpr.edu.br

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-22, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I Ciset.

all students, helping them to reach their potencial, ensuring that they receive a quality education regardless of their origins, linguistic difficulties and economic conditions. This Education aims at learning that guarantees autonomy and self-determination for all students, enabling a tolerant, inclusive and fair society. It is also very important in the process of social inclusion, providing the independence of individuals, allowing them to develop their social skills, having the opportunity to become active in the labor market and in society. But, for this to occur, it is important to consider the role of the teacher. The training of teachers for Inclusive Education starts with rethinking and re-signifying their own conception, as a teacher. Qualified and specialized teachers are necessary for Inclusive Education to occur, as they have adequate specializations for teaching, thus providing Inclusive Education in social and Educational establishments.

Keywords: Diversity; Regular Education; Inclusion; Specific Educational Needs.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva tem como premissa a valorização de todos os alunos, tendo confiança de que eles possam alcançar seu potencial, garantindo que eles recebam uma educação de qualidade independentemente de suas origens, dificuldades linguísticas e condições econômicas. O objetivo dessa educação é oferecer a aprendizagem necessária para garantir autonomia e autodeterminação de todos os estudantes, possibilitando uma sociedade tolerante, inclusiva e justa. Além desses pontos, a Educação Inclusiva se faz muito importante no processo de inclusão social, pois proporciona a independência dos indivíduos, fazendo com que eles possam desenvolver suas habilidades sociais e tenham a oportunidade de se tornarem ativos no mercado de trabalho e na sociedade (SILVA NETO, 2018).

Esse modelo de educação busca a transformação para uma sociedade inclusiva. Trata-se de um processo amplo que precisa contar com a participação de toda comunidade das instituições de ensino regular, buscando uma reconstrução da cultura, das práticas e das políticas escolares, respondendo à diversidade dos alunos. Essa educação é humana e democrática, respeita o sujeito e suas singularidades, almejando o crescimento, a satisfação e a inserção de todos, buscando eliminar a exclusão social e tornando a educação um direito humano fundamental para uma sociedade justa (BATISTA, 2020).

Para que a Educação Inclusiva ocorra é muito importante considerar a atuação do professor. A formação de professores para a Educação Inclusiva parte de repensar e ressignificar da própria concepção, como professor. Professores capacitados e especializados são necessários para que a Educação Inclusiva ocorra, pois estes possuem especializações adequadas para o ensino. Os professores que tiveram uma formação especializada serão os que atuarão no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que ocorre

através de cursos específicos. No entanto, todos os docentes, inclusive os das disciplinas, que atuam no ensino regular precisam ter formação para a Educação Inclusiva. Os docentes capacitados devem ter tido, ao menos, uma disciplina durante sua formação que se refere à educação especial/inclusiva, além, é claro, de ter adquirido competências para atender às necessidades específicas dos estudantes. Vale destacar que com essas disciplinas eles obtiveram informações, mas não a formação, que é o necessário (LIMA, 2020).

Um professor com formação adequada consegue prever e antecipar mecanismos que irão levar à elaboração e circulação de informações entre os discentes, implicando o desenvolvimento de linguagens, discursos e práticas, fazendo com que se reconheçam e se organizem, sendo mútuo com o ambiente e com os indivíduos inclusos no local. O docente tem o poder de desenvolver atividades que sejam para todos: ele se planeja e avalia o ensino com igualdade, respeitando as particularidades de cada aluno, apoiando as diversidades e fazendo com que todos interajam em um ambiente onde há respeito pelas diferenças, fazendo com que os estudantes aprendam com ela. O professor com uma boa formação busca desenvolver o máximo potencial do aluno, aceitando e respeitando as diferenças e os limites dos discentes, estabelecendo um espaço que seja para todos, sem nenhuma restrição (BAÚ, 2014).

Apesar da importância da Educação Inclusiva e da formação dos professores, a baixa qualidade de ensino nos setores públicos e privados apresenta o quanto esses ambientes ainda têm que adaptar/transformar para acolher a diversidade dos estudantes. Professores em formação devem compreender problemas educacionais emergentes, para poder desenvolver estratégias educacionais apropriadas e eficazes, estabelecendo com professores mais experientes relação de trocas, estudos, planejamentos e ações nas escolas de ensino regular. Partindo de tais trocas, deve-se pensar na reestruturação político-pedagógica e na adequação do currículo, refletindo a

importância de incluir disciplinas referentes à inclusão, em especial às Necessidades Educacionais Específicas (NEE).

Essa mudança irá resultar em professores generalistas e com um pouco mais de estudo, professores especialistas que possuem a capacidade de se adaptar aos conteúdos a serem estudados e que irão avaliar as necessidades educativas, levando em conta a diversidade dos alunos e trabalhando, assim, conteúdos que testarão a capacidade intelectual, os interesses e as motivações dos alunos. Além de adequar-se e ensinar para a turma, ele tornará a escola um ambiente acolhedor, que realmente seja para todos (OLIVEIRA, 2011).

Caso não haja a inclusão dessas disciplinas, infelizmente os futuros licenciados continuarão despreparados, fazendo com que a escola não seja aberta à diversidade, tornando-se prejudicial à Educação Inclusiva. Com a inclusão de disciplinas que sejam destinadas às NEE, o despreparo dos docentes poderá ser minimizado, abrindo a mente dos futuros professores e transformando, assim, o ambiente escolar ao buscar novas metodologias que irão facilitar o processo de ensino-aprendizagem, não se limitando apenas aos conhecimentos que foram apreendidos, devendo buscar mais conhecimento, seja por cursos, palestras, debates, rodas de discussões, entre outras formas (MELO, 2018).

Tendo em vista a importância da formação para a Educação Inclusiva, em especial sobre NEE, nas licenciaturas, o presente trabalho tem por objetivo avaliar como está a questão da formação dos professores de ciências naturais por meio da análise das disciplinas ofertadas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) da Licenciatura em Ciências Biológicas e Química, do Instituto Federal do Paraná, Campus Umuarama (IFPR Campus Umuarama, 2017). O intuito é verificar como está a questão da inclusão na instituição.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Inclusiva

Segundo Silva Neto (2018), a Educação Inclusiva visa valorizar as diferenças no âmbito escolar, permitindo uma educação diversificada e respeitosa. Dessa maneira, tal educação amplia a participação de todos os alunos nas instituições de ensino, exigindo das escolas posturas pedagógicas fundadas no respeito às diferenças sociais, culturais, étnicas, intelectuais, econômicas, físicas sensoriais e de gênero, contemplando, assim, oportunidades iguais.

A proposta de educação inclusiva efetiva-se prioritariamente através de turmas mistas, na qual todos os alunos, com ou sem deficiências, devem estar inseridos em uma mesma turma. O intuito é que todos tenham a oportunidade de conviver e aprenderem juntos, fazendo com que haja a participação de todo e qualquer estudante, promovendo um ambiente onde se predomina o clima de respeito e solidariedade, o que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e humana (AGUIAR, 2005).

Essa proposta de educação trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. Ela está atenta para a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender às Necessidades Educativas Específicas (NEE) de todos, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, garantindo, assim, igualdade para todos tanto no âmbito escolar quanto no social (DIAS, 2009).

Com a Declaração de Salamanca, em 1994, as escolas regulares inclusivas devem mediar formas mais eficazes de combater a discriminação com alunos que possuem NEE, permitindo que todas as crianças/adolescentes tenham livre acesso à escola regular, independentemente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas. Os estabelecimentos de

ensino devem organizar os acessos aos espaços sociais, aos recursos pedagógicos e à comunicação, assegurando a acessibilidade e eliminando barreiras sociais que impeçam o livre acesso dos indivíduos, fazendo com que haja a inclusão de instalações de equipamentos que ajudem na sua inserção social, a fim de valorizar as diferenças e atender, assim, à necessidade de todos os alunos (MEEC/SEESP, 2007, apud BRASIL, 2006, p. 330).

Desde que foi estabelecida, a educação especial tradicional foi planejada de maneira segregadora para o grupo sem NEE e para os alunos com NEE. Dessa forma, foram reforçados para esses últimos os trabalhos individuais, descontextualizados daqueles realizados por seus companheiros e geralmente feitos com a ajuda do professor de apoio, que podia estar dentro ou fora da sala de aula, especialmente nas matérias mais instrumentais (língua e matemática). Por sua vez, a Educação Inclusiva propõe-se a planejar a aula de maneira que seja possível atender às necessidades da classe como um todo, incorporando no plano de aula a planificação individual dos alunos com NEE (RUSSO, 2022).

Partindo desses aspectos de uma educação igualitária e respeitosa, Dias relata que:

A educação inclusiva tem como proposta fundamental o desafio de romper com o preconceito no intuito de superar a anomia e emancipar os sujeitos sociais, o que passa a ser um grande desafio para a educação, uma vez que pressupõe que a formação dos cidadãos envolve compreender e respeitar a realidade e limite de cada indivíduo, criando e ampliando a idéia de pertencimento e de identidade coletiva consolidando a formação integral destes atores, historicamente excluídos e marginalizados (DIAS, 2009, p. 316).

Para os alunos com necessidades específicas, a Educação Inclusiva é importante porque implica transformações na prática escolar, garantindo acesso e participação na aprendizagem a todos sem exceção, permitindo que os estudantes, ainda que apresentem necessidades específicas, desenvolvam-se no convívio com outros alunos de uma escola regular, tornando-se parte integrante da sociedade (OLIVEIRA, 2019).

Destaca-se que a Educação Inclusiva não é benéfica apenas para as pessoas com necessidades educacionais específicas, mas para todos, pois ela auxilia no desenvolvimento intelectual, emocional e cognitivo dos alunos com ou sem deficiência e ajuda na identificação dos indivíduos mais frágeis, o que é um fator importante contra violência. Essa inclusão também é importante, pois os discentes passam a valorizar mais as diversidades, resultando em ambientes com menos preconceito, trazendo ganhos na socialização e, também, na formação de cidadãos críticos, com o intuito de proporcionar uma sociedade justa e igualitária, propícia à liberdade (MIRANDA, 2012).

2.2 Legislação de Educação Inclusiva no Brasil

Antes da criação das legislações relacionadas à Educação Inclusiva, as pessoas com deficiências estavam apartadas da sociedade. Há relatos de vários casos em que essas pessoas faziam parte de atividades circenses, que faziam uso da imagem desses indivíduos e exploravam suas características, apresentando-os como “aberrações” e “coisas bizarras” (ARRUDA, 2018).

Remetendo-se ao passado, esses indivíduos constantemente foram isolados e excluídos. Adentrando no período da Revolução Industrial, houve a expansão das instituições religiosas e hospitais psiquiátricos para acolher essa população. Não havia preocupações com a inclusão dessas pessoas na sociedade, bem como na educação, no trabalho e na comunidade (NUNES, 2018).

Com a ocorrência de duas guerras mundiais, emergiu-se a discussão da integração das pessoas com deficiência na sociedade e no mercado de trabalho. Isso só foi levado em pauta porque as guerras foram responsáveis por uma imensa massa de pessoas com elevado grau de deficiência, devido aos traumas e mutilações que ocorreram durante esses conflitos (AVILA, 2019).

A Educação Inclusiva ganhou destaque a partir da década de 1990, com ênfase para a Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994, que resultou na Declaração de Salamanca, que “define políticas, princípios e práticas da educação especial e influi nas políticas públicas de educação” (UNESCO, 1994). Desde então, a inclusão de estudantes com NEE começou a ser ponderada tanto nos espaços sociais quanto em salas de aula regulares, como uma forma de democratização de oportunidades educacionais. A escola passou a simbolizar um local onde a inclusão das crianças e adolescentes com NEE possa ser concretizada. Destaca-se que o Brasil é signatário da Declaração de Salamanca e, portanto, deve adequar suas leis para atender às políticas propostas por tal documento.

Vale destacar algumas legislações que referenciam e situam as NEE: um exemplo é a Constituição Federal de 1988, no Art. 206, no qual são apresentados os princípios do ensino, como a igualdade de condições na escola, liberdade para aprender e ensinar, pluralismo de ideias, ensino gratuito, valorização dos profissionais no âmbito escolar, democracia, qualidade, bom salário aos profissionais da educação e garantia à educação (BRASIL, 1988).

Há, também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996), em seu capítulo V, concerne à educação especial. No Art. 58, são pautados os efeitos da lei, as modalidades de ensino regular oferecidas na rede regular de ensino para os alunos com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos de desenvolvimento. Em seus parágrafos, é descrito detalhadamente como os professores devem atender às peculiaridades da educação especial sobre a integração dos alunos com NEE.

No Art. 59 da LDB, é pautado sobre a educação aos discentes com NEE. Seus parágrafos manifestam a adaptação nos currículos, métodos, técnicas e recursos educativos, menos tempo escolar para alunos superdotados, especialização adequada para integração dos educandos na sociedade, permitindo acesso igualitário aos meios escolares/serviço. O capítulo V-A

(Incluído pela Lei Federal Nº 14.191, de 2021) diz respeito à educação bilíngue de surdos, apresentando o Art. 60-A, que expõe a oferta da língua de sinais (Libras) como primeira língua e português escrito como segunda língua. Em seus parágrafos, anuncia o apoio e atendimento educacional especializado para surdos e a oferta da educação bilíngue. Há, também, o Art. 60-B, que reforça a formação e especialização adequada em nível superior aos indivíduos surdos/cegos (BRASIL, 1996).

Nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), em seu Art. 2º, foi estabelecido que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, e que a escola deve prover atendimento necessário aos discentes com necessidade especial, para que ocorra uma educação de qualidade. Em seu parágrafo único, é pautada a criação de sistemas de informações e atendimento com qualidade no ensino para os indivíduos com necessidades especiais. Já o Art. 3º, da mesma lei, visa assegurar recursos e serviços educacionais especiais para suplementar/substituir em alguns casos os serviços educacionais comuns. E, em seu parágrafo único, é descrita a construção de um setor responsável pela Educação Especial que sustente a Educação Inclusiva (BRASIL, 2001).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), apresentada pelo Ministério da Educação, demonstra os avanços do conhecimento e das lutas sociais, constituindo, assim, uma política pública que irá integrar políticas que promovam uma educação de qualidade para os alunos. O objetivo geral desta política é a inclusão dos alunos com NEE, garantindo acesso ao ensino, participação, aprendizagem e continuidade nos níveis de ensino. Isso através da formação especializada de professores, disponibilidade da educação infantil até o ensino superior, acessibilidade e implementações de políticas públicas (BRASIL, 2008).

Há um arcabouço que garanta a Educação Inclusiva: foram feitos avanços, mas ainda há muito a ser conquistado, principalmente para efetivar as leis. Vale destacar que é importante estar atento para que não ocorram

retrocessos na legislação, como os que foram propostos pelo governo federal no dia 30/09/2020, ocasião em que o Ministério da Educação (MEC) lançou a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que foi vista como um “retrocesso” na Educação Inclusiva. Essa política foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com ela, as famílias terão a opção de escolher a instituição de ensino para o indivíduo estudar.

Com essa opção da inclusão de colégios específicos para o público com NEE, as escolas regulares irão rejeitar esses alunos, não havendo a sua inclusão com o meio social. Sendo assim, como esses locais vão receber apenas o público com NEE, as escolas inclusivas de certa forma serão esquecidas, abolindo todas as lutas e conquistas mediadas à inclusão.

2.3 Formação de Professores e a educação inclusiva

Trabalhar com crianças com NEE exige do professor novos posicionamentos, não só no plano pedagógico como também no plano ético. Portanto, acredita-se que o acolhimento e a escuta da angústia dos professores que convivem com a diversidade, em suas mais variadas acepções, deve ser um aspecto fundamental de uma formação para a Educação Inclusiva (DIAS, 2009).

A formação de professores se trata de um processo amplo que compreende o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes envolvidos. Essa formação influencia diretamente na efetivação das políticas inclusivas e na inclusão escolar. O professor é a chave para o progresso e mudanças, não se preocupando somente com a formação inicial dos alunos, mas proporcionando mudanças no futuro deles, como a profissionalização e as graduações. A formação dos professores é uma estratégia para fomentar o futuro profissional da educação, adaptando-se às situações, para transmitir mais segurança e tendo mais capacidade de lecionar de forma não

discriminatória, promovendo uma educação dentro dos seus valores (OLIVEIRA, 2019).

Vale mencionar algumas legislações que preveem a formação inclusiva para os docentes. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) é essencial em relação ao assunto, pois é um documento de apoio para a Educação Inclusiva, ressaltando o papel fundamental na formação dos professores. Há outros documentos importantes relacionados ao tema, como a Resolução CNE/CP n.º 1/2002, que regulamenta a base curricular nacional para a formação de professores da Educação Básica nos cursos superiores de licenciatura, destacando o dever de proceder à formação associada aos estudantes com NEEs. Outro documento importante é a Portaria 1.793/1994, que recomenda a inclusão nos cursos de licenciatura, pedagogia e psicologia. Já o parecer CNE/CEB 17/2001 relaciona-se às Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, considerando fundamental a formação de professores para o processo educacional. E o decreto 5.626/2005 torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de nível superior, focado na formação dos professores (ANGELO, 2021).

A formação de professores para a Educação Inclusiva deve partir da formação inicial, na qual serão ofertadas disciplinas sobre a educação especial e inclusiva, conduzindo o professor em formação a adquirir competências para discernir as NEEs dos estudantes, aprimorando a ação pedagógica para atender às necessidades deles. Essa formação tem o intuito de contemplar a diversidade dos alunos, respeitando as limitações e diferenças de cada um deles.

Embora a atuação do professor seja essencial para a educação inclusiva, o professor sozinho não faz inclusão. Dessa forma, é importante que haja a participação da família e dos gestores, para efetivar a inclusão na sala de aula (COSTA, 2015).

A Educação Inclusiva é responsabilidade de todos os professores das diversas disciplinas. Sendo assim, é imprescindível que eles tenham alguma formação voltada à Educação Inclusiva. Nas disciplinas de ciências naturais, é utilizado um vocabulário não cotidiano, tornando-se indispensável a aplicação de um processo de alfabetização científica. Nessas disciplinas, falta a capacitação de professores, resultado da má formação dos docentes, o que prejudica ativamente a formação dos discentes com NEEs. Essa incapacitação é resultado das falhas no sistema educacional (ANGELO, 2021).

Para evitar essas situações de despreparo dos professores, é necessário incluir uma disciplina sobre NEEs, fazendo com que o docente ensine e aprenda com as situações vivenciadas no âmbito escolar. Nessa formação, o professor deve ter autonomia, criatividade pedagógica, respeito e adequar sua prática à realidade dos alunos. Ademais, é fundamental que sempre ocorram reflexões para a construção de práticas pedagógicas que contemplem a realidade escolar, a fim de contribuir para uma transformação tanto no âmbito escolar quanto no social (ANGELO, 2021).

Diante do exposto, objetivou-se com esse trabalho analisar as ementas das disciplinas dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Química do IFPR Campus Umuarama, a fim de refletir sobre o currículo das licenciaturas e a Educação Inclusiva.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A fim de alcançar o objetivo desta pesquisa, foi realizada uma leitura por esgotamento nos PPCs⁴ dos dois cursos de licenciatura do Campus. Durante a leitura, foram identificadas as menções à Educação Inclusiva a partir de termos

⁴ Disponível em: <https://umuarama.ifpr.edu.br/cursos/cursos-superiores/licenciatura-em-ciencias-biologicas/> e <https://umuarama.ifpr.edu.br/cursos/cursos-superiores/licenciatura-em-quimica/>.

relacionados a ela. Essas menções foram organizadas na forma de texto corrido, a fim de nortear a discussão.

Sendo assim, o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e com procedimentos técnicos do tipo documental (MINAYO *et al.*, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PPC de química apresenta um ementário com 27 componentes curriculares, tendo Libras e Educação em Direitos Humanos como as disciplinas principais se tratando da Educação Inclusiva. Já mediando a formação de professores para a diversidade social, temos a Didática e Teoria do Currículo; os Fundamentos Sócio-históricos, Filosóficos e Organizacionais da Educação; e a Psicologia da Educação.

Além do ementário, o PPC conta com uma legislação na qual é apresentada a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Também conta com a Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, IFPR, p. 07-08, 2017).

Estas ementas e legislações têm por finalidade a inclusão social na instituição, respeitando e reconhecendo as características regionais e a diversidade humana/cultural encontrada nas instituições de ensino. Com essa inclusão, a instituição e o curso se comprometem a construir uma sociedade na qual a participação é efetiva partindo de todos os sujeitos, combatendo, assim, o individualismo, que é o principal gerador da exclusão.

O PPC ainda apresenta um capítulo sobre Educação Inclusiva, no qual é apontado como ocorre a formação de professores e as características estruturais que tornam a instituição um estabelecimento inclusivo. O capítulo também expõe a importância de os estudantes exercerem cidadania, por meio da qual o professor em formação possa olhar atentamente todos os sujeitos e, dessa forma, possa incluí-los em todos os locais.

Durante essa formação, o discente deve abordar e problematizar a Educação Inclusiva, já que ela não se refere apenas aos indivíduos que possuem NEEs como também à diversidade, seja ela de gênero, racial, socioeconômica e qualquer outro fator que determine a exclusão do estudante no ambiente escolar e social. Dessa forma, tendo essa visão de inclusão, percebemos o quão importante essas disciplinas são para que a diversidade seja aceita e ações rotuladoras e discriminatórias desapareçam do cotidiano, resultando em um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

Alonso (2013), especialista em Educação Inclusiva, ressalta que:

[...] O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos. Ou seja, todos os estudantes são diferentes e suas necessidades educacionais poderão requerer apoio e recursos diferenciados (ALONSO, 2013, p. 03).

O professor tem o papel exorbitante no desenvolvimento dos discentes, influenciando diretamente na conduta deles. Ele tem por responsabilidade ensinar os alunos a normalizarem e reconhecerem as diferenças sociais, fazendo com que estejam abertos à diversidade, tendo como base o respeito e a educação. A dinâmica do professor também influencia muito nos aspectos inclusivos: sua didática deve estar adequada a uma turma diversificada, fazendo com que as limitações não sejam mais uma barreira que resulte na não realização de determinadas atividades educacionais. O professor deve estabelecer um ambiente onde todos são iguais e a exclusão deixe de ser um problema.

Já na licenciatura em ciências biológicas, encontram-se dois PPCs: um do ano de 2014 e outro que foi realizado devido a um ajuste curricular no ano de 2018. O PPC de 2014 possuía um ementário com 56 componentes curriculares, sendo diversificado no que se refere à Educação Inclusiva, possuindo disciplinas que abordavam diversos aspectos sociais e inclusivos, como Antropologia, Sociologia e Educação; OPPC II, que aborda a relação da ciência e sociedade, história da educação, psicologia da educação; OPPC IV, que aborda a educação especial e inclusão social no ensino de ciências e biologia; Libras; EJA; Educação em Direitos Humanos; Filosofia da Educação; Didática I; Didática II; Políticas e Gestão da Educação; e Bioética (MEC, IFPR, 2014).

No PPC de 2018, houve mudanças no ementário, resultando no desaparecimento de algumas disciplinas e a inclusão de outras. Sendo assim, o PPC conta com 58 componentes curriculares, que abrangem a diversidade cultural e social. Partindo do contexto inclusivo, temos disciplinas como a Antropologia, Sociologia e Educação; Filosofia da Educação; História da Educação; Psicologia da Educação; Políticas Públicas e Gestão da Educação; Educação em Direitos Humanos; Didática I; Didática II; Libras; EJA; optativa em Bioética; OPCC II, que aborda a ciência, cidadania e pluralidade cultural; OPCC IV, que aborda a biologia aplicada à saúde; e a OPCC VI, que aborda a educação especial e inclusão escolar no ensino de ciências e biologia (MEC, IFPR, 2018).

Essas disciplinas almejam uma educação integradora, formando profissionais comprometidos em respeitar as diferenças, combater as desigualdades e todas as formas de discriminação. O PPC conta com uma legislação na qual é destacada a Lei Federal Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, a Resolução CNE Nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, além do Decreto Nº 5.626, de 22 de

dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (MEC, IFPR, p. 10, 2015).

O PPC ajustado de 2018 apresenta a inclusão na legislação da Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a Nota Técnica no 24/CGDH/DPEDHUC/SECAD/MEC, que trata do conceito de gênero (MEC, IFPR, p. 13-15, 2018).

Analisando a quantidade de leis e componentes curriculares que se referem à Educação Inclusiva, nota-se que a Licenciatura em Ciências Biológicas dispõe mais disciplinas inclusivas que a Licenciatura em Química. Sendo assim, os professores de ciências e biologia, posteriormente, estarão mais preparados para adentrarem uma turma que possua alunos com NEEs, LGBTQIA+, diversidade racial, diversidade econômica e todos as características e fatores que resultem na exclusão dos estudantes no ambiente escolar.

Tavares (2016) fomenta que devemos reconstruir a Educação Inclusiva, fazendo com que a inclusão seja fundada na igualdade social, política e econômica. Dessa forma, as práticas excludentes são transformadas em ações inclusivas em que haja a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde as oportunidades sejam iguais na educação, no trabalho e na cultura e onde o respeito predomine.

Dorziat destaca que:

[...] A influência dos modelos de formação de professores, inicial e continuada, dificulta uma reflexão vigorosa e profunda sobre outras possibilidades educativas. Não basta preparar os professores para lidar com as diferenças biológicas dos alunos, de forma específica, mas buscar desestabilizar a pedagogia tradicional da classificação, que se baseia em um suposto padrão de normalidade. Se os cursos de formação de professores continuarem trabalhando numa ótica desenvolvimentista, psicologizante, de enquadramento dos alunos a modelos pré-determinados, a currículos engessados e veiculadores de relações assimétricas, a inclusão continuará se processando apenas como uma possibilidade humana na diversidade (DORZIAT, 2009, apud SILVA, 2010, p. 89).

Para a inclusão, não basta apenas respeitar as diferenças entre os alunos e ministrar disciplinas com pautas inclusivas. O professor deve trazer ao seu currículo formações e especializações para que, assim, ele possa apresentar uma aula da qual todos possam participar, não deparando-se com frustrações em que ele não consiga lidar com determinadas situações decorrentes da falta de preparo. A presença de disciplinas inclusivas nas licenciaturas é de muita importância, mas não é o suficiente. Cada vez mais as escolas têm recebido estudantes com NEEs, Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades e superdotação. Em decorrência dessa diversidade de discentes, grande parte dos docentes passou a se sentir confusos e incapazes de receber estes estudantes. Essa incapacidade não deve ser uma justificativa ao fracasso, mas deve servir para a construção de uma educação de qualidade para todos (SILVA, 2010).

Além da formação qualificada, são de suma importância as mudanças na infraestrutura das escolas para receber os alunos diversos. O Projeto Político Pedagógico deve se adequar às alterações na estrutura das escolas e deve haver contratação de profissionais qualificados. A instituição de ensino deve ser democrática, respeitando o tempo do estudante, estimulando a participação de todos e respectivamente incluindo todos os discentes no ambiente escolar (SILVA, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões geradas nesse trabalho, pode-se inferir que trabalhar a temática inclusão na formação de professores representa um grande desafio que deve ser enfrentado com políticas públicas sérias e comprometidas com a formação integral dos futuros professores.

Vale lembrar, ainda, que os currículos são vivos e dinâmicos. Assim, a capacitação de docentes formadores de professores é incontornável para a

consolidação de uma educação inclusiva de qualidade. Assim, a formação ideal não deve ser aquela em que o professor em formação tem contato apenas com a teoria, mas também com a prática, para que ele interaja e se comunique entendendo a realidade e as características individuais de cada estudante.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 2, p. 223-240, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/rL3CHBMyYt5zQmjftwLswtx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

ALONSO; Daniela. Educação Inclusiva: Desafios da formação e da atuação em sala de aula. **Nova Escola**, 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

ANGELO, Elisangela A. **Educação inclusiva no ensino de ciências e biologia**. Appris Editora, 2021.

ARRUDA, Gabriela A.; DIKSON, Dennys. Educação inclusiva, legislação e implementação. **Reflexão e Ação**, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198299492018000200214&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 de jan. 2022.

AVILA, Daniela A. L.; PANTOJA, Selma A.; CARVALHO, Paulo. Em tempos de guerra e de paz: a Educação Especial em Angola. **Revista educação especial**, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/34186>>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

BATISTA, Leticia A.; CARDOSO, Maykon D. O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Educação Pública**, 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

BAÚ, Marlene A. Formação de professores e a educação inclusiva. **Revista eletrônica científica inovação e tecnologia**. V. 02, n. 10, 2014. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/recit/article/viewFile/4227/Marlenec>>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-22, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I Ciset.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. **Secretaria da educação - MEC/SEESP**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

COSTA, Valdelúcia. A. Formação de professores e sua relação com a educação inclusiva: desafios à experiência teórica na práxis pedagógica. **Revista Educação Especial**, v.28, n.52, p. 405–416, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9628>>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

DIAS, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha. Educação Inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/170/3/Educacao%20inclusiva.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIMA, Paulo G.; SANTOS, Jociane M. O. A formação de professores e educação inclusiva: discussão acerca do tema. **DocentDiscunt**. V. 1, N. 1, P. 63-70, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1315>>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 23 de jun. 2022.

MELO, Denise G.; FRANZIN, Simone M. Formação de Professores de Ciências na perspectiva da Inclusão de Pessoas com Deficiências no Vale do Jaguari. **Revista NEaD-Unesp**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.21-48, 2018. Disponível em: <https://ojs.ead.unesp.br/index.php/nead/article/view/386/artigo2_infor_v4n1_2018>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em química**. IFPR, 2017. Disponível em: <<https://umuarama.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/PPC-Licenciatura-em-Qu%C3%ADmica-aprovado.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-22, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I Ciset.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em ciências biológicas.** IFPR, 2015. Disponível em: <<https://umuarama.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/02/PPC-vigente.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em ciências biológicas.** IFPR, 2018. Disponível em: <<https://umuarama.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/PPC-NUCLEAMENTO-CBIO-UMUARAMA.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. O professor e a educação inclusiva: Formação, Práticas e lugares. SALVADOR; **EDUFBA**, 2012. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

NETO, Antenor O. S.; ÁVILA, Éverton G.; SALES, Tamara R. R.; AMORIM, Simone S.; NUNES, Andréa K.; SANTOS, Vera M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**. v.31, n.60, p. 81-92 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/clenio,+6+Antenor.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NUNES, Sylvia S.; SAIA, Ana L.; TAVARES, Rosana E. Educação Inclusiva: entre história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicol. Cienc. Prof.** V.35, n.4, 2018. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932015000401106&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

OLIVEIRA, Francisco G.; BRANCHER, Ventoir R.; SILVA, Suzel L.; PIOVESAN, Josiane B. A formação do Professor na sala de aula: atitude frente à pessoa com deficiência. **Revista Educação**, v.15, n.4, p. 230-250, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13371>>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

OLIVEIRA, Mayara L.; ANTUNES, Adriana M.; ROCHA, Thiago L.; TEIXEIRA, Simone M. Educação inclusiva e a formação de Professores de Ciências: o papel das universidades federais na capacitação dos futuros educadores. **Revista Ensaio**, v.13, n.03, p.99-117, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epec/a/3tHCfkTCMh6WpTsNwHBctXv/?lang=pt&rmat=pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

OLIVEIRA, Raquel B.; REBELO, Maria P. V.; BIDARRA, Maria G. A. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: O OLHAR DA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESCOLAS. **Educação Em Foco**, v.23, n.1, p.81-102, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.pAINSCOW>, Mel. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada. Tornar a educação inclusiva, v. 1, p. 11-24, 2009. Disponível em:

Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias. Paranaguá, PR, v.8, n. 1, p. 1-22, 2023.

I Congresso Internacional de Sustentabilidade, Educação e Tecnologia: Ciência, Sociedade, Meio Ambiente e Educação Profissional – I Ciset.

<https://sidinico.usal.es/idocs/F8/FDO23183/tornar_educa%c3%a7ao_inclusiva.pdf#page=11>. Acesso em: 21 jun. 2022.

RUSSO, Luiza; PEREIRA, Luiza P. Os impactos históricos e a legislação no processo de inclusão econômica das pessoas com deficiência. **Instituto Paradigma**, v 1, 2022. Disponível em: <<https://iparadigma.org.br/biblioteca/os-impactos-historicos-e-a-legislacao-no-processo-de-inclusao-economica-das-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

SILVA, Vanessa Caroline. A escola e o professor frente ao currículo inclusivo. **Acervo digital UFPR**, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24663/disser%20vanessa%2013-10-10.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 527-542, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 jun. 2022.